

AMBIENTE E APROPRIAÇÃO DO CERRADO: O USO DO CALENDÁRIO AGRÍCOLA DE PRODUÇÃO NO TRABALHO E NA CONFORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS FESTIVOS RURAIS¹

1 Este artigo faz parte de reflexões contidas na dissertação de mestrado.

Mirne-Gleyde Lagares.
Mestranda pelo Instituto de Estudos Sócio Ambientais, Universidade Federal de Goiás

Maria Geralda de Almeida.
Professora Adjunta pela Universidade Federal de Goiás

1 – USO E OCUPAÇÃO DO CERRADO.

“O cerrado é um espaço de luta, onde animais e homens ao longo dos tempos construíram um modo especial de viver na claridade. O cerrado é um lugar de muita luz e milhares de sons.”

Elizeu Lira

Refletir a apropriação do cerrado atualmente é discutir a dinâmica territorial contemporânea de Goiás imbricada em sua historicidade e espacialidade remota. Urge debater as formas de uso e ocupação do território e não buscar a compreensão deste território por ele próprio (SANTOS, 2001), ou seja, entender que o território é formado e reformulado conforme demandas, sejam elas nacionais, internacionais, globais ou regionais. É pensar ainda em itinerários que perpassam pelo ouro, pelas marcas do pastoreiro e seu gado, pelo ruído advindo da estrada de ferro, pela vastidão das verdes lavouras de soja, milho, cana-de-açúcar ou, o branco-neve do algodão.

Conforme breve se introduziu, a imigração para o território goiano no século XVIII se

estabeleceu em prol da política mineradora do Brasil, de acordo com demandas externas. Este aspecto circunscreveu boa parte da inicial caracterização do estado, demarcando pontos específicos de urbanização os quais se restringiam aos locais auríferos. Com a decadência, Goiás se tornara uma província quase deserta e com uma base econômica sustentada pela agricultura de subsistência e pecuária extensiva (PALACÍN; MORAES, 1994). Os itinerários, até então, se delineavam nesta configuração e dinâmica territorial somente pelo caminho do ouro, dos poucos grãos e do gado.

Todavia, a dinâmica socioespacial do estado se metamorfosaria a partir das novas políticas do país. Do uso quase exclusivo do meio-natural passa-se, com o avanço da técnica e da ciência,

Ambiente e apropriação do cerrado: o uso do calendário agrícola de produção no trabalho e na conformação dos territórios festivos rurais

para uma nova fase. Segundo Santos (2001), a ela se denomina meio técnico-científico, a qual se ampara na política imposta pela ditadura militar. Agora, ouve-se ruídos da estrada de ferro, a posteriori, a CANG, Goiânia, Brasília são construídos e o estado passa a ser polarizado com o objetivo de (re)criar uma integração nacional e sustentar o mercado sulista emergente. Uma nova fase marca profundas mudanças no cenário goiano, a qual propiciará as transformações futuras.

Com alavancos na (re)produção dos meios de transporte, bem como, com uma produção primária principiante incentivada pelo governo, Goiás chega com louvor na década de 1970, momento este que uma nova fase se organizará. Segundo Santos (2001), esta inovadora etapa, constituída pelo embasamento de suas antecessoras, é chamada de meio técnico-científico-informacional, pois é característica de muita fluidez, velocidade, redes, informatização técnica e informalização. O espaço e o tempo passam a serem comprimidos pela volatilidade e sagacidade das múltiplas relações econômicas, sociais, políticas e culturais. Agora, o que Calaça (2001) chama de modernização agrícola se concretiza. Novas relações de trabalho mudam de performance e de estrutura tanto a agricultura como a pecuária e, conseqüentemente, as cidades, tudo em decorrência da força motriz da fronteira agrícola advinda do Sul.

A partir da década de 70, a agropecuária goiana passa a receber incentivos estatais, como os contidos no Plano de Metas, capital privado e novas diretrizes são postuladas. O campo informatizado, moldado para alta produtividade, permanece com uma estrutura agrária concentradora em grandes propriedades. A informatização expurga os camponeses de seus habitats, já que os mesmos não conseguem competir e nem possuem mão-de-obra especializada e qualificada para trabalhar nas imensas lavouras.

Neste sentido, as taxas de urbanização aumentam significante e gradualmente em Goiás, visto que os camponeses se vêem obrigados a migrarem para as cidades. Arrais (2004) afirma que em 1960 a taxa de urbanização era de aproximadamente 30%, em 1980 de 60%, em

1996 já chegava a 85%. Juntamente com este fator, as cidades também sofrem profundas modificações. Favelização, ausência de esgoto, moradia, água, educação, enfim, saneamento básico não são subsidiados pelas políticas públicas como o devera. A maioria dos sujeitos deste processo passam a fazer parte de uma massa de excluídos, dos quais se vêem muitos todos os dias nos semáforos, nas esquinas, nos recantos. Desterritorializados que buscam se reterritorializar (Haesbaert, 2006) através do trabalho, seja ele pela necessidade fisiológica ou não, seja ele material ou simbólico.

Há, de fato, um Goiás hoje em desenvolvimento invólucro na globalização, um “celeiro de grãos”. Contudo, existem regiões diversas, com histórias diversas, que merecem olhares diversos (ARRAIS, 2002). O sudoeste goiano é disparadamente detentor de renda superior ao nordeste. Muitos nordestinos goianos ainda sofrem de pobreza crônica e estão à mercê deste desenvolvimento. A esta disparidade nas regiões goianas, Peixinho (2001) nos chama a atenção pelo que foi tomado como referência pelo Fundo Mundial para a Natureza (WWF) como proposta de ocupação do cerrado nas últimas décadas e que reflete nesta dinâmica segregacionista ressaltada por Arrais (2002). De acordo com Peixinho existem 3 zonas agrícolas. São elas:

1ª zona: agricultura comercial moderna – aquela na qual a modernização possui ênfase visando uma agropecuária comercial. É o caso do sudoeste goiano com extensas lavouras de soja.

2ª zona: agricultura periférica em expansão – área de expansão recente da fronteira agrícola também visando uma agropecuária comercial. É o caso da região central do estado de Goiás com as plantações de soja, milho e, em grandes extensões, pela cana-de-açúcar.

3ª zona: agropecuária incipiente - agricultura pouco desenvolvida e de modernização incipiente. É o caso do nordeste goiano no qual a fronteira agrícola ainda não se espalhou expressivamente.

Também é contundente elencarmos que a modernização agrícola trouxe junto a si dois

fatores, ora aliados, ora contraditórios. Primeiro, o setor primário induziu o setor secundário (agroindústrias) e o terciário a se fixarem nos ditos “territórios luminosos” da agropecuária modernizada. Segundo, a modernização implica em degradação ambiental e, conciliadas as agroindústrias, os índices se tornam elevadíssimos.

Outra ênfase recai sobre os atores sociais desta produção agropecuária. De acordo com Oliveira (2003, p. 113) “uma demonstração exaustiva de dados revelam ser a pequena e média unidade de produção, as responsáveis pela maior parte da produção agropecuária.” Tal assertiva desmistifica a concentração da produção nas mãos dos grandes produtores. Isto nos conduz a indagar: Em que condições técnicas e culturais a modernização do campo acontece? Possuem base familiar de produção? A produção é organizada pelo calendário agrícola de produção e trabalho reproduzido pelo “cerradeiro” em sua vasta experiência com as estações do ano, a lua e o sol? As festas populares rurais se engajam neste contexto?

Diante do percebido, a modernização do cerrado imbrica em ampla produtividade econômica. Projeta sobre o território valores e forças de trabalho externas as comunidades rurais. As representações coletivas, as identidades, a tradição trabalhista e festiva são submetidas a constantes mutações. Autores como Almeida (2005), Satyro Maia (2001) e Haesbaert (2002), nos induzem a entender que há entre a modernização e as manifestações culturais do cerrado uma relação que ora reafirma tais manifestações culturais perante a modernização, ora cede temporariamente para que interstícios desta atuem. Deste modo, há uma relação simultânea dos territórios culturais tradicionais das comunidades rurais com os territórios da modernização. Esta interrelação será demarcada por mutações ou “resistências” no âmbito das manifestações culturais tradicionais do cerrado e pela (re)significação de suas culturas.

Neste sentido, este artigo propõe entender a produção de subsistência, da fé e do lazer de inúmeros pequenos produtores “cerradeiros” que, ao contrário dos monopolizadores do meio

técnico-científico-informacional, possuem técnicas rudimentares de produção. Visa-se, assim, compreender a forte influência do calendário agrícola de produção no trabalho e na constituição dos territórios festivos rurais, enfatizando as festas juninas demarcadoras do tempo social de produção do homem no Cerrado.

2 – O CALENDÁRIO AGRÍCOLA NA ORGANIZAÇÃO COTIDIANA DAS COMUNIDADES RURAIS.

A escolha da categoria “comunidade rural” tem caráter peculiar neste contexto. Parte-se do princípio de que comunidade “[...] é um termo útil para designarmos agrupamentos onde o coletivo possui mais força do que nas sociedades ‘modernas’” (CANCLINI, 1983, p. 56), as quais se organizam por regiões e delimitam no imaginário coletivo popular, o que Claval (1999) denominou de “regionímias”, ou seja, a mudança de escala na percepção do espaço através da memorização dos grupos.

Assim sendo, a coletividade passa a ser delineada pela sociabilidade do cotidiano, pelas necessidades, pelas interrelações entre os sujeitos e suas identidades. Observa-se, portanto, que esta categoria é muito presencial nas pequenas propriedades, uma vez que o trabalho é marcado pelas relações familiares, pelo compadrio, pela vizinhança, pelos mutirões, pela própria forma em que se referem ao grupo pertencente, enfim, pela fragilidade econômica destes pequenos agricultores. Por isto, a partir de então se utilizará o termo comunidades rurais, visto que se percebe em campo a força da coletividade na produção.

Nesta conjuntura, o imaginário agrícola é (re) criado a partir da observação e percepção das estações do ano, da lua e do sol, os quais formulam um calendário agrícola com períodos de plantio, colheita e de assiduidade no trabalho. Este calendário passa a exercer função crucial àqueles que o executam, pois não são todos os períodos do ano passíveis de serem cultivados. Assim, existem períodos para visitar os amigos, para as festas populares, para os mutirões, para o plantio, para as colheitas, para o “trabalho de sol a sol”, para a calma e a espera das

Ambiente e apropriação do cerrado: o uso do calendário agrícola de produção no trabalho e na conformação dos territórios festivos rurais

próximas chuvas indicativas do plantio. (RODRIGUES, 2003).

Neste sentido, as festas populares rurais, mormente às festas juninas, são oriundas do período seco, impróprio ao plantio e propício à colheita. Elas revelam devoções, penitências, votos, pedidos, “contratos”, com os santos em decorrência de algum fator degenerativo à vida humana. Os mitos, símbolos, representações, imaginário e rituais fecundam, a partir do calendário agrícola de produção e trabalho, territórios festivos que (re) criam identidades e reforçam a sociabilidade e alteridade socioespacial das comunidades rurais. A sociabilidade, gerida na coletividade, são fatores essenciais nas organizações festivas rurais, já que trabalham continuamente sem vista a remuneração. São estas relações contidas nas comunidades rurais, acompanhada de uma boa dosagem de crenças e de tradição, que consubstanciam a “r-existência” destes territórios festivos e (re)forçam as identidades das comunidades rurais.

De acordo com este calendário, março e maio são os meses da colheita e os meses subseqüentes, se estendendo até o período chuvoso, meses da “fecundação, produção e reprodução humana e agrícola” (CHIANCA, 1999, p. 57). Daí as festividades juninas celebrarem a alegria da colheita e da fertilização dos solos e dos seres vivos no mês de junho. De acordo com Pessoa (2005), os rituais de cultivar a fertilidade remontam há séculos entre germanos, celtas, gregos, suecos, italianos e índios, porém com características diferentes, mas que, segundo o autor, nos lembra bem as festas populares rurais na atualidade. Um exemplo, citado por Pessoa (2005), é o ato de “prestar homenagens aos ‘espíritos das árvores’”, (2005, p.24) cortando uma no bosque e erguendo-a no meio da aldeia, juntamente com os cantos e a alegria comunitária. Para o autor, isto é análogo ao asteamento do mastro nas festas juninas e ao “pau-de-fitas”, em outras festas populares brasileiras.

Autores como Lopes Júnior (1999), Pimentel (1997), Canclini (1983), Chianca (1999), Ca-

vignac (1999), também retratam a dita ligação entre as festas populares rurais e o calendário agrícola de produção e trabalho das comunidades rurais. Pimentel assevera a relação pragmática das crenças coletivas com o tempo do trabalho deste homem.

[...] a escolha do período para a realização da Festa [...] parece subordinar-se à determinada orientação de natureza exclusivamente pragmática: [...] está localizado numa quadra do ano agrícola em que as colheitas da safra normal e da safrinha já foram integralmente completadas e os lucros e perdas efetivamente conhecidos.[...] É neste período intermediário que se concentra a maioria dos eventos festivos criados para agradecer aos santos pela saúde, paz e prosperidade. (1997, p.133)

Desse modo, as festas populares rurais parecem ser programadas de acordo com o calendário agrícola. A maioria delas se concentra após as colheitas quando estes fiéis-participantes já podem pedir pela próxima safra e agradecer pela antecedente. São João Batista, assim como, São Pedro e Santo Antônio passam a cumprir o papel de solucionadores dos problemas das plantações, responsabilizadores pelo sucesso das colheitas e marcadores do tempo social.

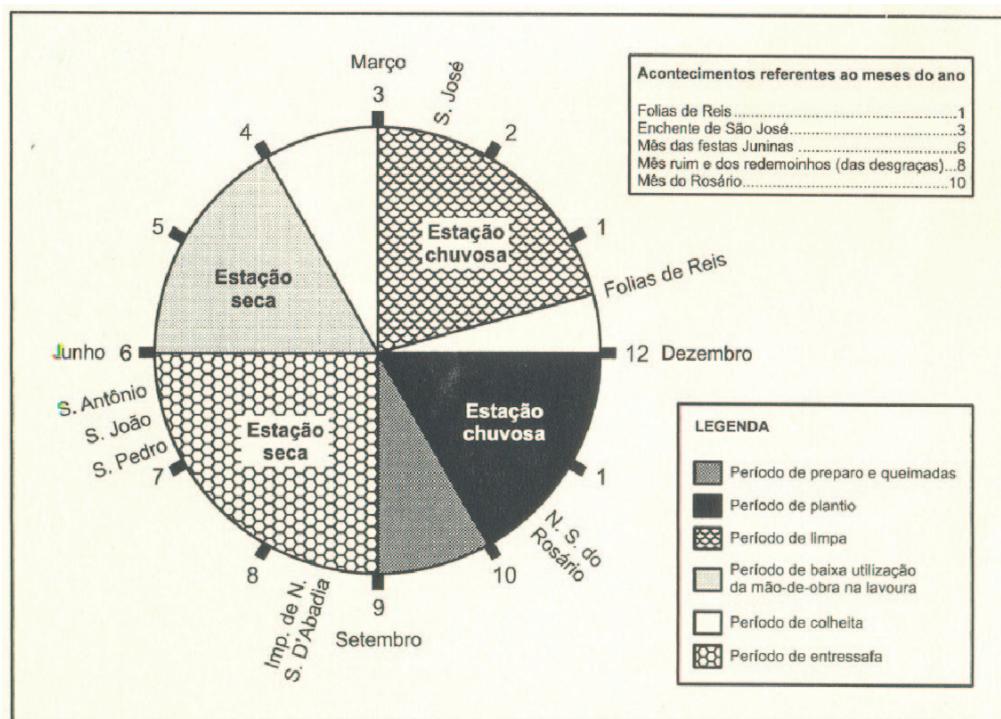
A partir desta relação, é possível diagnosticar também o tempo cíclico e/ou linear no tempo de produção, trabalho e recriação do homem camponês. Para Lefebvre (apud Silva, 1997, p. 31) “o tempo cíclico está ligado à natureza, aos dias da semana, às noites; o cíclico é em geral de origem cósmica”, possui forte ímpeto sobre as comunidades, é balizador de um tempo qualitativo no qual os mitos de origem e o eterno retorno são potentes demarcadores sociais.

No caso em voga, as comunidades rurais se ancoram no ideário cíclico e arquitetam suas relações sociais de produção, comichidades e fê tendo por base os modos de vida vivenciados anteriormente.

Rigonato (2005), baseado em Lopes Júnior (1999), ressalta graficamente a discussão referida sobre a relação do calendário agrícola

de produção e trabalho com o calendário religioso festivo nas comunidades rurais da Chapada dos Veadeiros – Goiás.

Figura 1: Calendário agrícola e festas das populações tradicionais do Cerrado da microrregião da Chapada dos Veadeiros, 2004.



Fonte: Entrevista de Campo. Rigonato, V. Fevereiro, 2004, inspirado em Lopes Júnior, 1990

O organograma explicita a inerente relação das festas - não somente as rurais, mas de todas as festas religiosas populares – com o ciclo produtivo da natureza, o calendário de produção agrícola e o calendário religioso. Isto nos leva a pensar nas intrínsecas relações entre o homem e a natureza, na (re)criação de um “modo de vida, essencialmente rurícola, [...] determinado pelo cotidiano e pelas práticas culturais, pelas percepções da natureza e da condição de morador do sertão, bem como pela fragilidade econômica dos pequenos agricultores.” (ALMEIDA, 2005, p. 336) Do mesmo modo, tal relação nos faz refletir sobre a existência de um “território integrador” (HAESBAERT, 2006) que congregue as instâncias afetivas, misteriosas, míticas, econômicas e políticas dos homens sobre um determinado espaço. De “territórios do cotidiano” emersos em símbolos, identidades, sacralidades/profanidades, rituais etc.

2.1 – A APROPRIAÇÃO DE TERRITÓRIOS FESTIVOS RURAIS A PARTIR DO CALENDÁRIO AGRÍCOLA DE PRODUÇÃO.

O território das festas populares é, como bem disse Haesbaert (2007, p. 40) um “continuum” do poder material e do poder simbólico os quais se apropriam do espaço demarcando territórios funcionais e/ou territórios simbólicos. São marcas provenientes de identidades consolidadas, em geral, por comunidades rurais advindas da necessidade biológica, da sociabilidade, das forças de alteridade, das necessidades existenciais de responder “quem sou eu?” (CLAVAL, 1999). Tais territórios são ainda o registro das representações individuais e coletivas sobre o espaço que, a partir de identidades já previamente firmadas, depositam sua carga ideológica e delimitam, a partir do olhar do outro, o seu olhar sobre os territórios.

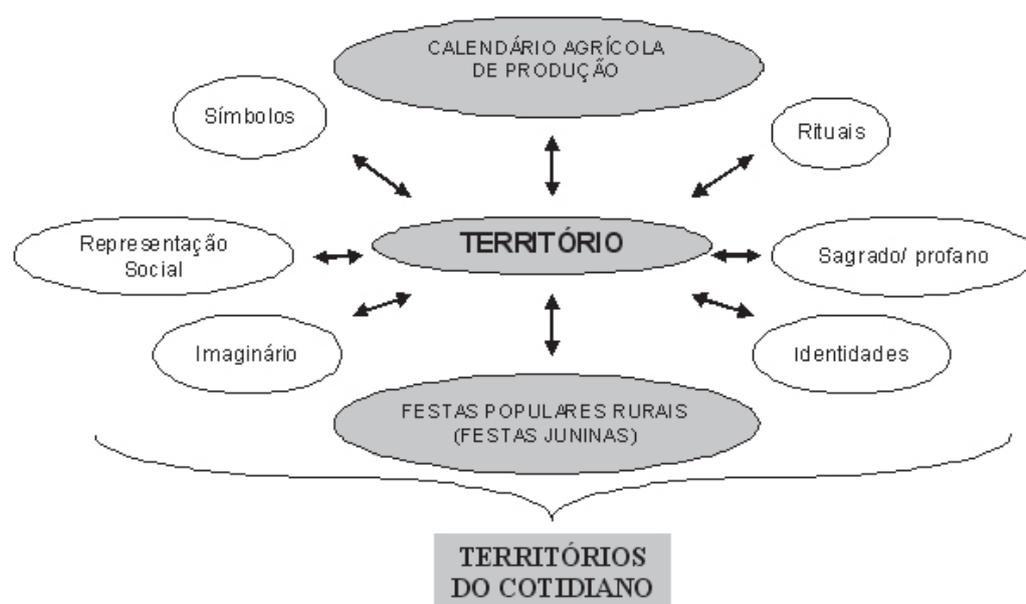
Ambiente e apropriação do cerrado: o uso do calendário agrícola de produção no trabalho e na conformação dos territórios festivos rurais

Para Brunet (1992, apud CLAVAL, 1999, p. 11) “o território contribui [...] para fortalecer o sentimento de pertencimento, ajuda na cristalização de representações coletivas, dos símbolos que se encarnam em lugares memoráveis (hauts lieux).” Isto nos leva a crer, perante a análise das festas populares rurais, que inúmeros elementos delineiam a cristalização destas representações coletivas, além dos já elencados símbolos. Todavia, a reflexão desta citação instiga-nos a outros questionamentos: Antes da existência das festas populares rurais, existiria um território vivido cotidianamente pelas comunidades

rurais que, posteriormente, serviria como espelho para os territórios festivos? A comunidade é uma pré-condição para a vivência dos territórios festivos rurais? Qual é o papel da coletividade na formação das identidades festivas? Quais elementos momentâneos delimitam os territórios festivos rurais?

Para fins didáticos, pontuar-se-á alguns elementos essenciais no entendimento dos questionamentos levantados. O esquema abaixo é a sinopse destes:

Figura 2: A relação entre o calendário agrícola de produção, as festas populares rurais e a conformação de territórios do cotidiano, 2007.



Como se observa no esquema, parte-se da assertiva de que os territórios festivos rurais (festas juninas) são conformados, mormente, pelo calendário agrícola de produção. Este é permeado por símbolos, pelo imaginário e pela representação social dos grupos sociais identitários. A consolidação destes territórios demonstra seu vigor nos rituais que, no tempo e no espaço, funcionam como “eterno retorno” ao princípio, ao “mito de origem”. Em linhas gerais, percebe-se que todos os elementos destacados possuem pujança na antecedência e permanência destes territórios, não sendo possível diagnosticá-las de modo excluído.

Para tanto, enfatizar-se-á os conceitos de representação, poder simbólico e rituais, por

crer que estes são fundamentais no vislumbra dos territórios festivos rurais. A ordem está imbricada na idéia de que as representações geram o poder simbólico sobre os territórios e, os mesmos, são imbuídos pelos rituais que representam a vivência das comunidades.

Bailly (1992) citado por Almeida (2003, p.72) a respeito das representações afiança que “[...] as representações sociais, enquanto sistemas de interpretação, também regem nossas relações com o mundo e os outros [...]”. São produtos das relações dos grupos com o mundo, (re) criadas por intermédio de ideologias as quais guiam as atitudes, comportamentos, a comunicação e as identidades pessoais e sociais. Já Pesavento (2004) vai além ao afirmar que as

representações são também simbólicas, repletas de significados ocultos que se internalizam no inconsciente coletivo como aspectos naturais. São estas representações que engendrarão os territórios simbólicos e/ou concretos, tendo em vista o poder simbólico exercido em um dado espaço e tempo.

Segundo Bourdieu, o poder simbólico é o “[...] poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo, [...] a ação sobre o mundo, [...]” (1998, p. 14). Por meio dele é possível gerir territórios descontínuos, espacial e temporalmente, como as inúmeras festas juninas no meio rural do Brasil sem, contudo, desfazer identidades fortemente consolidadas; faz identidades resistirem sem território e “territorialidade sem território” (HAESBAERT, 2007, p. 40); gesta “territórios do desejo” (DELEUZE E GUATARRI, 1992); transforma o território simbólico em móvel (CLAVAL, 1999).

Amalgamados, as representações, o poder simbólico, os territórios encontram âncora nos rituais. São os ritos que, em consonância com a identidade, os símbolos, o sagrado/profano e o imaginário, subsidiam a (co)existência e consistência das festas populares rurais, bem como, das manifestações culturais. Assim sendo, as quadrilhas, os cantos, as comidas típicas, os forrós, as simpatias, os adereços fazem parte deste arcabouço de misticismo e viscosidade dos rituais presentes nestas festas, as quais “[...] revividas diante dos seus olhos e com os quais se sentem solidários, dão-lhes impressão de força e de confiança [...]” (DURKHEIM, 1989 citado por LOPES JÚNIOR, 1999, p.37). Diante da perspectiva levantada, é possível visualizar também a interligação de todos os elementos citados na construção do território e a adjetivação deste como “Território do Cotidiano”. Esta caracterização territorial é, também, uma provocação à reflexão teórica, conceitual e, principalmente, metodológica. A apreensão deste cotidiano como mecanismo de (re)produção de territórios pode, amiúde, ser debatida e contemplada nas análises geográficas.

Segundo Maffesoli (1987), citado por Barcellos (1995, p.42), o cotidiano é marcado por:

[...] microatitudes, cenas efêmeras e pontuais que se compõem como fios de um tecido social. Uma microatitude pode ser um segredo do passado de ouvido em ouvido, uma pequena conspiração, uma ‘conversa de comadre’, um silêncio à espera de uma fala. Insignificantes, isolados, tecidos dia-a-dia, dão a consistência da cotidianidade. Não são aspectos superficiais – alias o são no sentido da inexistência da distinção de profundidade/superfície – e nem residuais, mas uma potência que se esgota em si mesma [...]

Em consonância com o autor supracitado, constata-se que o cotidiano é palco, ator e “embrião” das relações socioespaciais. Deste modo, as representações e o imaginário social partem deste gestor como princípio nas microatitudes. O que se infere é: o território das festas populares rurais (festas juninas) é marcado por representações sociais advindas das microrelações cotidianas as quais distinguem espaços e tempos sociais, pois para Raffestin (1982) citado por Cara (1995, p. 68), “[...] la territorialité c’est la dimension latente de la quotidienneté[...]” (a territorialidade é a dimensão latente do cotidiano) na conformação dos “territórios do cotidiano”.

De acordo com Maffesoli, o cotidiano é dotado de microlocalismos geradores de cultura, sendo estes pautados na sociabilidade. Esta encontra seu potencial no território, na preservação de um povo por seu espaço e por si próprio. A sociabilidade, nesta discussão, é fator recorrente. A priori, como destacado outrora, o calendário agrícola de produção, o imaginário agrícola, as festas rurais, o trabalho não remunerado, são produzidos coletivamente, o que nos conduz a pensar na sociabilidade deste contato coletivo como força motriz das relações socioespaciais. Como bem disse Sasseville (1979, apud CARA, 1995, p. 69) “El cotidiano en el cual se estructura la acción individual y colectiva, para que pueda inspirar una reflexión sabia, debe integrarse, como concepto y como realidad, a las necesidades de una aproximación cognitiva al proceso de sociabilización.” (O cotidiano no

Ambiente e apropriação do cerrado: o uso do calendário agrícola de produção no trabalho e na conformação dos territórios festivos rurais

qual se estrutura a ação individual e coletiva, para que possa inspirar uma reflexão sabia, deve integrar-se, como conceito e como realidade, às necessidades de uma aproximação cognitiva ao processo de sociabilização).

Assim sendo, a sociabilidade e o cotidiano são faces de uma mesma moeda. São partes de um processo intenso de territorialização sobre o espaço e que, por suas peculiaridades, (re)cria territórios vividos, “espaços vividos” por comunidades rurais, grupos e seus anseios coletivos e individuais. Territórios festivos rurais, deste modo, são reflexos de espelho que, ao refletirem, ajudam as comunidades rurais tomarem consciência de si e do outro. (CLAVAL, 1999)

Em suma, buscamos neste item concatenar alguns elementos que ora (re)estruturam os territórios festivos, (re)afirmam identidades, rituais, símbolos, tendo em vista o calendário agrícola de produção e trabalho das comunidades rurais. A discussão tenta, assim, perpassar por itinerários conceituais, teóricos e metodológicos, sem, entretanto, exaurir a temática.

AINDA ALGUMAS REFLEXÕES...

Acredita-se que a relação entre o calendário agrícola e as festas juninas, atualmente não possua uma pragmaticidade tão linear para todas as propaladas festas rurais. Crê-se que muitas destas tenham perdido no tempo esta relação tão aproximativa, ficando presa apenas no imaginário de algumas comunidades tradicionais (rurais e urbanas), em (in)conscientes coletivos ou nas necessidades das comunidades rurais.

Como se vê no cenário nacional, a “grande produção” hoje não se concentra exclusivamente nos meses antecedentes a junho e nem a colheita nos meses subseqüentes. Todavia, há exceções. Os mini-latifundiários e pequenos agricultores não detêm os meios de produção para acompanhar a corrente produtividade dos grandes latifundiários: da produção da soja, cana-de-açúcar, algodão etc. comercializados, ou seja, o ritmo de trabalho deste pequeno produtor ainda continua pautado na espera das chuvas para molhar o chão e propiciar o

plantio, vivem o ritmo de um tempo cíclico de (re)produção, lazer e fé.

Silva (1997, p. 32), em seu artigo “o cotidiano na perspectiva dos ritmos” diz: “vivemos um mundo linear de (causa e efeito) um ciclo que se submete ao ciclo da reprodução do capital.”(p. 32). Esta reflexão nos remete a repensar o que são as práticas socioespaciais atualmente, mormente, as práticas festivas rurais: O que caracteriza as festas juninas hoje? São os rituais, os mitos, o tempo, os símbolos, o calendário agrícola de produção? São as práticas constantemente (re)significadas pelas imposições de reprodução do capital? O que define o território festivo na atualidade? As comunidades e suas respectivas identidades ou a “espetacularização” das práticas socioculturais e a sua (re)invenção cada vez mais frenética para o capital? Será que as festas religiosas populares rurais terão seu lugar no espaço geográfico da modernidade e globalização frenéticos?

Interjeições, indagações, itinerários. Palavras que, circunstanciosamente, ganham ênfase em detrimento a amálgama relacional dos territórios festivos. Ainda sem o glamour de algumas respostas, o pretendido foi demonstrar, de modo conciso, uma vertente constitutiva dos territórios festivos rurais, tendo em vista meandros pouco propalados atualmente, como o imaginário agrícola de produção e trabalho, em consonância com o uso, ocupação e apropriação do cerrado na representação espacial e nas práticas socioculturais.

Neste fecho de texto, também é válido sublinhar que “velhas” práticas socioculturais, como as festas populares rurais e o *savoir-faire* das comunidades rurais, estão sendo, paulatinamente, sugadas pela lógica de reprodução do capital. Este desloca rituais seculares, desarraigando populações tradicionais, “espetaculariza” suas tradições e impõe o mito de que a ciência é a panacéia da humanidade, detentora real do saber. Além de danos materiais, os grandes nocivos, talvez sejam, de fato, a “submersão” imaterial de vários “cotidianos”.

Conforme se percebe, analisar o espaço goiano na contemporaneidade é buscá-lo nos interstícios da globalização econômica mundial e entendê-la como alvo de seletividade gerador de fragmentação, de territórios excluídos ou incluídos. É pensar em mutações constantes e recorrentes em todos os aspectos do real, sejam eles geográficos, históricos, sociológicos, psicológicos, afetivos. É trazer para o seio da epistemologia da Geografia contemporânea de Goiás a marca e a discussão de outros temas como as novas identidades, novas territorialidades, velhas e novas ontologias espaciais para uma melhor compreensão deste Goiás do século XXI.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Geralda de. **Em busca do poético do sertão: um estudo de representações**. In.: ALMEIDA, Maria Geralda de; RATTS, Alecsandro JP (Org.). Geografia: leituras culturais. Goiânia: Alternativa, 2003, p. 71-89.
- _____. **A captura do cerrado e a precarização de territórios: um olhar sobre sujeitos excluídos**. In.: _____ (Org.). Tantos Cerrados: múltiplas abordagens sobre a biodiversidade e singularidade sociocultural. Goiânia: Vieira, 2005, p. 321-347.
- ARRAIS, Tadeu Alencar. **Geografia Contemporânea de Goiás**. Goiânia: Vieira, 2004.
- _____. **Goiás: novas regiões, ou novas formas de velhas regiões**. In.: ALMEIDA, Maria Geralda. (Org.) Abordagens Geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade. Goiânia: IESA, 2002.
- BARCELLOS, Jorge Alberto Soares. **Territórios do cotidiano: introdução a uma abordagem teórica contemporânea**. In.: MESQUITA, Zilá; BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Orgs.) Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre: UFRGS, Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC, 1995, p. 40-47.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre o poder simbólico**. In: __ O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p.07-16.
- CALAÇA, Manoel. **Transformações do espaço agrário no Cerrado: infra-estrutura e modernização da agricultura**. In.: VII Encontro Regional de Geógrafos. 2001, Quirinópolis, Anais...Goiás: Conferencias, 2001, p. 51-60.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CARA, Roberto Bustos. **Territorios de lo cotidiano: puntos de partida para la reflexión**. In.: MESQUITA, Zilá; BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Orgs.) Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre: UFRGS, Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC, 1995, p. 67-75.
- CAVIGNAC, Julie Antoinette. Festas e penitências no sertão. **Vivência**, R. CCHLA/UFRN, Natal, v.13, p.40-54. jan/jun 1999.
- CLAVAL, Paul. A Geografia Cultural (trad. Luiz Fugazzola e Margareth de Castro Afeche Pimenta) 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2001.
- CLAVAL, P. O território na transição da pós-modernidade. **GEOgraphia**, [s.l.], v.1, n°2, p. 07-25, 1999.
- CHIANCA, Luciana de Oliveira. Para onde vai a cidade? Festa junina em Natal/RN. **Vivência**, R. CCHLA/UFRN, Natal, v.13, p.55-69. jan/jun 1999.
- ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**. (trad.Rogério Fernandes). São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. **Mito e Realidade**. (trad. Póla Civelli). 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- _____. **Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial**

Ambiente e apropriação do cerrado: o uso do calendário agrícola de produção no trabalho e na conformação dos territórios festivos rurais

(ou: **hibridismo cultural à essencialização das identidades**). In.: ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBAERT, Rogério (Orgs.) *Identidades e Territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Acess, 2007, p.33-56.

LIRA, Elizeu; PEDREIRA, Célio; MATOS, Antônio; BERCHMANS, João. **Cantigas da Claridade**. Tocantins: Pote, 2005.

LOPES JÚNIOR, O. P. Festa e Religiosidade. **Vivência**, R. CCHLA/UFRN, Natal, v.13, p.31-38. jan/jun 1999.

MAIA, Doralice Satyro. A geografia e o estudo dos costumes e das tradições. **Terra Livre**, São Paulo, v.16, p.71-98, 1º semestre/2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo de. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**. São Paulo. Ano 19, v. 2. n. 21, p.113-156. Jul./dez. 2003.

RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira. **A natureza e o lunário perpétuo no imaginário sertanejo**. In.: ALMEIDA, Maria Geralda de; RATTS, Alecsandro JP (Org.). *Geografia: leituras culturais*. Goiânia: Alternativa, 2003, p. 89-112.

RIGONATO, Valney Dias. **A dimensão socio-cultural das paisagens do Cerrado goiano: o distrito de Vila Borba**. In.: ALMEIDA, Maria Geralda (Org.). *Tantos Cerrados: múltiplas abordagens sobre a biodiversidade e singularidade sociocultural*. Goiânia: Vieira, 2005, p. 63-96.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Ana Cristina Mota. O cotidiano na perspectiva dos ritmos. **GEOUSP – Revista da pós-graduação em Geografia**. FFLCH/USP, São Paulo, nº 2, 1997, p. 31-34.

PALACÍN, Luis; MORAES, Maria Augusta de Sant'anna. **História de Goiás**. 6ª ed. Goiânia: UCG, 1994.

PEIXINHO, Dimas Moraes. **A ocupação recente dos Cerrados**. In.: VII Encontro Regional de Geógrafos. 2001, Quirinópolis, Anais... Goiás: Conferências, 2001, p. 13-20.

PESSOA, Jadir de Moraes. **Saberes em Festa: gestos de ensinar e aprender na cultura popular**. Goiânia: UCG; Goiânia: Kelps, 2005.

PESAVENTO, S. J. **Mudanças epistemológicas: a entrada em cena de um novo olhar**. In: _____ *História & História Cultural*. 2ª ed. Belo Horizonte: autêntica, 2004, p. 39-62.

PIMENTEL, S. V. A Festa da Igreja. In: _____ **O chão é o limite: a festa do peão de boiadeiro e a domesticação do sertão**. Goiânia: UFG, 1997, p. 129-186.

RESUMO

Este artigo objetiva compreender a apropriação do Cerrado a partir da (re) configuração das festas populares rurais, em especial as juninas, a partir do calendário agrícola de produção e trabalho das comunidades rurais. O recorte temporal e espacial deste artigo remete-se a análises de elementos comuns as festas juninas. Os procedimentos metodológicos foram: observação - participante em diversas festas, revisão teórica - metodológica e conceitual, diário de campo etc. A análise foi estruturada em três partes contíguas: primeiro, reflete o uso e ocupação do Cerrado, a segunda parte a relação do imaginário agrícola de produção e a organização do período festivo rural e das comunidades rurais e, por último, como estes elementos, tendo em vista a relevância do cotidiano, das representações coletivas, dos símbolos e das identidades, (re)formam territórios festivos, os “territórios do cotidiano”. Em síntese, os resultados contidos neste artigo estão buscando contemplar, de fato, o percebido e vivido pelas comunidades rurais na relação com a terra, no plantio, nas colheitas, nas festas populares rurais, nas relações de vizinhança dando evidência, assim, ao cotidiano dos pequenos agricultores e de suas práticas socioespaciais.

Palavras-Chaves: apropriação do Cerrado; calendário agrícola de produção; território festivo.

RÉSUMÉ

Cet article vise à comprendre la propriété de la savane par la (re) configuration des fêtes rurales, en particulière celles qui réalisent con base au calendrier de production agricoles et de travail dans les communautés rurales. Le seuil de temps et l'espace de cet article se réfère à l'analyse des éléments communs aux festivals Juin. Les procédures méthodologiques sont: - l'observation participante, l'examen théorique - méthodologique et conceptuelle, etc journal de terrain. L'analyse a été divisée en trois parties contiguës: d'abord, une discussion pour tenir compte de l'utilisation et l'occupation actuelle du Cerrado, la seconde destinée à au cycle de la production agricole imaginaire et

l'organisation de la période des fêtes rurales, tout en considérant les communautés rurales ; et, enfin, on finalise explicant comment ces éléments ont la pertinence de la vie quotidienne, des représentations collectives, les symboles et les identités, la (ré) festivités territoriales formulaire, les «territoires de vie quotidienne». En bref, les résultats contenus dans cet article sont encore à la quête de comprendre le perçu et vécu par les communautés rurales par rapport à la terre, aux activités de planter les cultures mêlés aux festivals ruraux, enfin le quotidien que font partie des rapports de voisinage et de leur développement socio-pratiques spatiales.

Mots clés: appropriation du Cerrado, le calendrier de production agricole, le territoire de fête.

Notas

* Este artigo faz parte de reflexões contidas na dissertação de mestrado.

